



Projeto de Resolução n.º 81/XVI/1.^a

Recomenda ao Governo que acompanhe consensos internacionais relativos à tributação de grandes fortunas

Exposição de motivos:

Apenas uma sociedade coesa e que garanta as mesmas oportunidades a todos pode ser uma sociedade verdadeiramente livre. Esta sociedade consegue-se promovendo mais igualdade entre quem nela habita. Sendo verdade que a igualdade tem múltiplas dimensões, é inegável que a dimensão económica é uma das mais importantes.

Como mostram Richard Wilkinson e Kate Pickett no seu livro sobre “O espírito da igualdade”¹, há várias razões pelas quais uma sociedade mais igualitária é melhor e mais forte: em áreas como a saúde, diferentes dimensões de políticas públicas e também ao nível da ecologia, uma sociedade mais igualitária sai sempre beneficiada e reforçada.

A nível ambiental, por exemplo, os autores apresentam dados que indicam que países mais igualitários têm maiores taxas de reciclagem ou ainda que é nos países com maiores desigualdades onde se trabalha em média um maior número de horas.

Para além destas, uma razão estrutural pela qual uma sociedade mais igualitária é melhor para a sustentabilidade ecológica é o facto de reduzir os impactos associados ao consumo. Uma sociedade mais igualitária diminui o consumo supérfluo causado por multimilionários - pensemos, por exemplo, no caso de jatos privados; uma sociedade mais igualitária tende a ser mais comunitária e, por conseguinte, reduzir a dimensão e o lastro das cadeias de consumo; uma sociedade mais igualitária coloca um foco maior nos "comuns", mudando,

¹ O Espírito da Igualdade - Por que razão sociedades mais igualitárias funcionam quase sempre melhor de Kate Pickett e Richard Wilkinson, Editorial Presença, 2010.

sociologicamente, a sua percepção e permitindo a prossecução de métodos cada vez mais ecológicos.

Também o economista Lucas Chancel, que investiga a ligação entre políticas públicas de combate às desigualdades económicas e transição ecológica², mostra que não há contradição entre ambas. Pelo contrário, e contraditando aquilo que é muitas vezes apresentado como razão de oposição a medidas de cariz ecológico, combater a pobreza e reduzir as desigualdades pode ser feito promovendo, em simultâneo, a transição ecológica.

Do ponto de vista económico, *stricto sensu*, também existem razões que justifiquem a prossecução de uma sociedade mais igualitária. Joseph Stiglitz, prémio nobel da economia, demonstra que baixos níveis de desigualdade estão associados a maiores taxas de crescimento. Tal deve-se a múltiplas razões, mas sobretudo ao facto de que cidadãos com mais instrumentos, ferramentas e capacidade (i.e. capital) conseguem pensar, estruturar e desenvolver projectos que resultam em avanços científicos, tecnológicos e sociais que fomentam o próprio crescimento económico.

Há ainda outras razões para querer limitar a riqueza para lá de um determinado montante. Ingrid Robeyns apresenta algumas dessas razões:

- 1) A primeira é a razão democrática: uma grande desigualdade económica entre os cidadãos mina o princípio de igualdade política, indo assim contra o valor da democracia. Caso algum indivíduo detenha uma grande riqueza, o esforço necessário para utilizar uma parte dessa riqueza para adquirir poder e influência é muito menor que o esforço necessário a alguém com baixos rendimentos e que necessita dos seus rendimentos para dar resposta às necessidades do dia-a-dia. Assim, não só é possível que o indivíduo rico use a sua riqueza para obter poder, como é provável que o faça, sendo que do lado do indivíduo que não é rico o rendimento será necessariamente usado na satisfação de necessidades básicas.

E como pode a riqueza ser traduzida em poder? São muitas as maneiras de o fazer. Desde logo, através da criação ou compra de jornais, canais de televisão ou grupos mediáticos, por parte de quem a detém. Mesmo que a manutenção destes grupos dê prejuízo, as vantagens obtidas para os proprietários são várias, como o poder de influenciar a opinião pública ou de promover determinados interesses. Podem ainda influenciar as decisões políticas financiando think tanks, lobistas ou estudos que promovam a defesa dos seus interesses.

² Unsustainable inequalities - Social justice and the environment de Lucas Chancel, Harvard University Press, 2020.

Na era digital em que vivemos, os detentores de grandes riquezas podem, de forma bastante literal, comprar eleições, como o escândalo da Cambridge Analytica comprova.

- 2) A segunda razão apresentada por Robeyns é a da necessidade de dar resposta às necessidades urgentes. Definindo três categorias de necessidades urgentes - pobreza global extrema, desvantagens a nível global ou local e problemas urgentes de ação coletiva - a autora defende que caso alguma destas necessidades não esteja a ser respondida por falta de meios financeiros, então justifica-se a limitação da riqueza dos que mais têm de modo a obter financiamento. E, uma vez que no presente todas estas três necessidades estão sem resposta efetiva, então a limitação seria justificada.

Este é um tópico que deve ser pensado a nível global. Um recente estudo do EU Tax Observatory³ sobre evasão fiscal a nível global, indica que um imposto global sobre grandes fortunas terá um papel de fortalecimento da coesão social e da própria democracia. Um dos autores do estudo, o economista francês Gabriel Zucman, resumia a questão: “quando super-ricos não pagam impostos, é o resto da população que paga”.⁴ O referido estudo apresenta 6 propostas, sendo a principal uma taxa global de 2% sobre as grandes fortunas que **impactaria menos de 3000 pessoas em todo o planeta mas corresponderia a 250 mil milhões de dólares anuais**. E se é verdade que não há portugueses com este grau de riqueza, há uma forte probabilidade de alguns deles serem residentes no nosso país, razão pela qual uma taxa global tal como proposta seria benéfica para Portugal.

Nas últimas décadas, temos assistido em vários países a uma concentração da riqueza num cada vez menor número de pessoas. Portugal, infelizmente, não é exceção. De acordo com os dados da *World Inequality Database*, enquanto que em 1980 os 10% mais ricos detinham 12 vezes mais património do que os 50% mais pobres, neste momento, detêm mais de 17 vezes o património dos mais pobres, mesmo estes representando cinco vezes mais pessoas.⁵ Além disso, conforme avançam grandes estudiosos nesta matéria, como Thomas Piketty, o valor acumulado de heranças e doações no património total tem vindo a aumentar abruptamente nas últimas décadas para valores muito elevados, apenas observados na sociedade estanke da Belle-Époque. Isto indica que um número crescente da riqueza advém do acumular de patrimónios passados, o que esbarra numa qualquer conceção meritocrática para a acumulação de capital. Existe, assim, um desfaseamento considerável entre a riqueza

³ https://www.taxobservatory.eu/www-site/uploads/2023/10/global_tax_evasion_report_24.pdf

⁴ <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c72l4znklpwo>

⁵ <https://wid.world/country/portugal/>

e o mérito, justificando e mostrando a necessidade da existência de uma tributação sobre este património estanque.

A desigualdade de rendimentos está intimamente ligada à desigualdade de riqueza. Autores como Branko Milanovic comprovam a existência de uma correlação forte entre estar no top-10% de rendimentos mais elevados e estar no top-10% dos mais ricos de um determinado país, do ponto de vista da riqueza. Essa *homoplutia* (deter, simultaneamente, elevados níveis de rendimento e de riqueza) crescente esbarra, também, na concepção meritocrática que justifica este nível de desigualdade nos rendimentos, inferindo-se que estes não advêm da justa contribuição para a sociedade, mas sim da detenção do património. São, em suma, um dos prémios por deter património e, em parte, a consequência dessa desigualdade.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do LIVRE propõe à Assembleia da República que, através do presente Projeto de Resolução, delibere recomendar ao Governo que:

1. Apoie iniciativas a nível global, tal como a proposta que recentemente o Brasil, na presidência do G20, trouxe para debate, de uma taxa global sobre as grandes fortunas.
2. Apoie iniciativas a nível da União Europeia que permitam uma ação europeia concertada de tributação das grandes fortunas, acolhendo sugestões como a da iniciativa cidadã “Tributar os ricos”, assente na criação de um imposto europeu sobre as grandes fortunas destinado a financiar a transição climática e social e a ajudar os países afetados pelas alterações climáticas.

Assembleia da República, 7 de maio de 2024

Os Deputados do LIVRE

Isabel Mendes Lopes
Jorge Pinto
Paulo Muacho
Rui Tavares